

**DOCTRINA**

ARTIGOS

A percepção de pensão alimentícia como fato gerador do IRPF

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</b> .....	9
1 Introdução .....	9
2 A constitucionalidade de incidência do imposto de renda e proventos de qualquer natureza sobre os recebimentos em dinheiro de valores a título de pensão alimentícia, em decorrência de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou de acordo formalizado por meio de escritura pública .....	11
3 Conclusão .....	40
Referências .....	42

PIS e Cofins: o estranho caso dos créditos presumidos para a indústria de rações para alimentação animal

<b>José Luis Ribeiro Brazuna, Sérgio Pin Junior</b> .....	47
Introdução .....	47
A colcha de retalhos normativa .....	48
A Lei nº 10.925/2004 e a sua amplitude .....	48
A Lei nº 12.350/2011 e as suas aparentes restrições .....	49
A Lei nº 12.865/2013 e os alimentos para cães e gatos .....	50
Possíveis formas de harmonização dos três regimes jurídicos .....	50
Conclusões .....	55

Análise da neutralidade tributária da Lei nº 12.973/14 (regime tributário definitivo) no âmbito dos pronunciamentos do CPC

<b>Diogo Cabeda, Paulo Schmidt</b> .....	57
1 Introdução .....	58
2 Referencial teórico .....	60
2.1 Da tributação sobre a renda no Brasil, da neutralidade tributária da Lei nº 12.973/14 e dos controles por subcontas .....	60
2.1.1 Da neutralidade tributária .....	61
2.1.2 Do controle por subcontas .....	62
2.2 Dos novos critérios oriundos da convergência com possíveis impactos tributários .....	65
2.2.1 Do princípio da essência sobre a forma e seus reflexos práticos .....	66
2.2.1.1 Das operações de arrendamento mercantil .....	67
2.2.1.2 Da redução ao valor recuperável de ativos .....	68
2.2.1.3 Do AVP de ativos e passivos .....	68
2.2.1.4 Da mensuração do valor justo .....	69
2.3 Da relação entre Contabilidade e Direito Tributário .....	69
3 Procedimentos metodológicos .....	71
4 Análise dos principais dispositivos utilizados na Lei nº 12.973/14 para a adaptação da tributação aos pronunciamentos do CPC .....	72
4.1 Arrendamento mercantil .....	72
4.2 Teste de recuperabilidade de ativos .....	73

4.3	Ajuste a Valor Presente – AVP.....	74
4.4	Ajuste a Valor Justo – AVJ.....	76
5	Considerações finais.....	78
	Referências.....	79

A troca de informações entre a Receita Federal e os Fiscos estaduais – O caso do imposto sobre doação – ITCD, com base em informações da Declaração do Imposto de Renda

<b>José Hable</b> .....	83	
1	Introdução.....	83
2	O lançamento tributário sobre doações.....	85
3	A retificação de declaração e sua aceitação pelo Fisco .....	87
4	O ITCD e o processo administrativo fiscal .....	90
	Conclusão .....	92
	Referências .....	93

O controle do valor aduaneiro na importação

<b>Fernando L. Lobo d'Eça</b> .....	95	
I	Introdução.....	95
II	As fontes de controle do valor aduaneiro na importação.....	96
a)	Os métodos de valoração do AVA-GATT .....	99
III	O objeto do procedimento de valoração aduaneira. Os limites entre os comércios exterior e interno e a revisão aduaneira .....	101
a)	O negócio jurídico subjacente à importação e os ressupostos legais de sua valoração .....	104
b)	Os critérios paradigmáticos (temporal e quantitativo) da valoração.....	107
c)	A retenção e a liberação de mercadorias importadas objeto de valoração.....	109
IV	As penalidades aplicáveis no procedimento de valoração .....	112
a)	Ideias introdutórias .....	112
b)	Os casos de dúvida gerada pela falta de guarda ou apresentação de documentos e respectivos registros contábeis .....	116
c)	Os casos de comprovada fraude, sonegação ou conluio e o crime de descaminho .....	118
1	O subfaturamento e a falsidade da declaração do importador.....	122
2	O perdimento de bens: o subfaturamento qualificado pela falsificação de documentos e a interposição fraudulenta de pessoas.....	124
3	A multa alternativa da pena de perdimento .....	129
	Referências .....	133

Ação popular tributária e ICMS

<b>Igor José Morey Feital, Cláudia Mansani Queda de Toledo</b> .....	135	
1	Introdução.....	135
2	Proteção coletiva e ação popular no ordenamento jurídico .....	136
a)	Proteção coletiva e ao indivíduo .....	136
b)	Ação popular no ordenamento jurídico .....	137
3	Ação popular e benefícios fiscais de ICMS inconstitucionais.....	139
a)	ICMS na Constituição da República de 1988.....	139
b)	Benefícios fiscais de ICMS .....	140
c)	Ação popular, benefícios fiscais do ICMS e ato lesivo ao patrimônio público.....	143
4	Conclusão .....	145
	Referências .....	147



## Fundamentos e alcance da imunidade tributária do livro digital

<b>Andrei Pitten Velloso</b> .....	149
1 Introdução .....	149
2 Interpretação das imunidades tributárias .....	150
3 Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão.....	152
3.1 Histórico .....	152
3.2 Finalidades e funções da imunidade .....	152
3.3 Individualização normativa: há duas normas de imunidade .....	154
4 Imunidade do livro digital .....	155
4.1 Fundamentos.....	156
4.2 Tributos abrangidos.....	160
4.3 Livros eletrônicos comercializados em suporte físico .....	160
4.4 Componentes agregados a livros e periódicos .....	162
5 Projeção da imunidade do papel aos suportes físicos dos livros e periódicos digitais...	163
5.1 Objetos a serem utilizados no armazenamento dos livros digitais .....	164
5.2 <i>E-book readers</i> .....	166
6 Conclusões .....	166

## A guerra fiscal do ICMS e as consequências para os Estados e Municípios da Região Sul Brasileira

<b>Andreia de Souza Costa</b> .....	169
Introdução .....	169
1 Consideração a respeito do ICMS.....	170
1.1 Considerações sobre os impostos.....	170
1.2 Competência constitucional do imposto.....	170
1.3 Do ICMS: a regra matriz de hipótese de incidência .....	171
1.3.1 Conceito de mercadoria.....	173
1.3.2 Conceito de serviços de transporte.....	174
1.3.3 Conceito de serviço de comunicação .....	175
1.3.4 Restituição de tributos indiretos.....	175
2 Repartição de receitas.....	175
3 Guerra fiscal.....	176
Considerações finais.....	179
Referências .....	180